

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 1.803, DE 2021

Denomina “Ponte Governador Lucídio Portella” a ponte sobre o rio Parnaíba na cidade de Santa Filomena, região sul do estado do Piauí.

**Autor:** Deputada MARGARETE COELHO

**Relator:** Deputado HIRAN GONÇALVES

### I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 1.803, de 2021, de autoria da Senhora Deputada MARGARETE COELHO, que pretende denominar “Ponte Governador Lucídio Portella” a ponte sobre o rio Parnaíba, que liga os municípios de Santa Filomena, no Piauí, e Alto Parnaíba, no Maranhão, na BR-235.

A proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

### II - VOTO DO RELATOR

Vem ao exame conclusivo de admissibilidade e mérito da CCJC o PL 1.803/2021, que pretende nomear a nova sobre o rio Parnaíba, no município de Santa Filomena, no Piauí, em homenagem ao ex-governador daquele estado, Lucídio Portella.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Hiran Gonçalves  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214342576100>

Conforme determina o art. 32, inciso IV, alíneas a, e e, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do projeto sob exame.

Trata-se de matéria pertinente à competência legislativa da União (art. 21, I, CF) e às atribuições normativas do Congresso Nacional (art. 48, caput, CF). Não havendo reserva de iniciativa sobre o tema, revela-se legítima sua apresentação por parte de parlamentar, de acordo com a competência geral prevista no art. 61, caput, do texto constitucional.

O exame da constitucionalidade material e juridicidade da proposição não revela qualquer conflito com princípios ou regras de estatura constitucional, e tampouco com a ordem legal em vigor.

Atendidos os requisitos constitucionais formais e preservada a constitucionalidade material da proposta, é de se concluir por sua constitucionalidade. Respeitados os princípios e normas do ordenamento jurídico pátrio, é de se reconhecer a juridicidade do PL nº 1.803/2021.

Pelo exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.803, de 2021.

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2021.

Deputado HIRAN GONÇALVES  
Relator

